



O Protocolo Comunitário do Bailique: cuidando da floresta e reduzindo desigualdades estruturais

Manuela Rösing Agostini e Roberta Peixoto Ramos

Cobertura geográfica: Norte

Setor: Socio-biodiversidade

Tipo de medida: Política comunitária



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Esse estudo de caso faz parte do Repositório de casos sobre o *Big Push* para a Sustentabilidade no Brasil, desenvolvido pelo Escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas.

Acesse o repositório em: <https://biblioguias.cepal.org/bigpushparaasustentabilidade>.

Os direitos autorais pertencem à CEPAL, Nações Unidas. A autorização para reproduzir ou traduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à CEPAL, Divisão de Publicações e Serviços Web: publicaciones.cepal@un.org. Os Estados-Membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Solicita-se apenas que mencionem a fonte e informem à CEPAL tal reprodução.

A imagem da capa foi gerada com o Wordclouds.com.

As opiniões expressadas nesse documento, que não foi submetido à revisão editorial, são de exclusiva responsabilidade dos autores e das autoras e podem não coincidir com a posição da CEPAL ou das instituições em que estão filiados.

Os autores e as autoras são responsáveis pelo conteúdo e pela exatidão das referências mencionadas e dos dados apresentados.

O Protocolo Comunitário do Bailique: cuidando da floresta e reduzindo desigualdades estruturais

Manuela Rösing Agostini¹ e Roberta Peixoto Ramos²

Resumo

O Protocolo Comunitário do Bailique é uma experiência no coração da Floresta Amazônica que visa diminuir desigualdades estruturantes por intermédio da criação de um instrumento de proteção aos direitos da comunidade, gestão de seu território, manejo e uso sustentável dos recursos naturais. Desde 2014 a comunidade se organizou, produziu seu Protocolo e desenvolveu mecanismos de empoderamento social e econômico que vem garantindo novas formas de renda, geração de empregos e proteção sustentável de seu território. Com a definição do açaí como principal cadeia produtiva a comunidade alcançou a primeira certificação FSC para açaí no mundo, que garante o manejo florestal sustentável. O incremento de renda da comunidade está sendo destinado para um fundo comunitário para a construção de uma Escola Família, que visa atender futuras gerações e diminuir o abismo histórico das desigualdades. O Protocolo tem forte relação com a Agenda 2030 e com o *Big Push* para a Sustentabilidade em suas três dimensões: econômica, social e ambiental .

A. Introdução

O Brasil é caracterizado por ter sido constituído de forma desigual. Nossa história é marcada pelo descobrimento, escravização da mão-de-obra indígena e negra, má distribuição de renda e de oportunidades, desigualdades essas aceleradas pelas crises econômicas e pela globalização. Nesse artigo, compreendemos que as desigualdades sociais no Brasil são estruturais, ou seja, as desigualdades são geradas por relações estruturais da sociedade, que são geridas por interesses antagônicos e que ocupam

¹ Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

² London School of Economics and Political Science (LSE).

posições nas instituições e estruturas sociais para acelerar ainda mais os abismos entre classes, etnias, raças, entre a “casa grande e senzala”. As desigualdades no Brasil são vistas como naturais, como inerentes ao nosso tecido social, e quando a naturalização se dá, mais complexo o processo de análise e reversão.

Entretanto, ações e iniciativas vêm sendo tomadas para diminuir estas desigualdades sociais e econômicas. Nesse estudo analisamos numa perspectiva macro as ações como a Agenda 2030 e o *Big Push* Ambiental e numa iniciativa local analisamos o Protocolo Comunitário do Bailique.

O Protocolo tem forte relação com a Agenda 2030 e com o *Big Push* Ambiental. Em sua dimensão econômica possibilitou um incremento de novos postos de trabalho e conquista de novos mercados nacionais e globais, na medida em que a AmazonBai já iniciou vendas locais e está na fase de planejamento para exportar o açaí brasileiro; na dimensão social destaca-se o aumento dos salários e renda, garantia de acesso à educação com a criação da Escola Família, redução das desigualdades de renda, melhorias nas condições de trabalho e redução da pobreza; e, na dimensão ambiental procura uma recuperação e melhoria de gerenciamento da Floresta e melhoria da eficiência no uso de recursos naturais, com a certificação FSC.

O *Big Push* Ambiental pode ser considerado um eixo ordenador para um estilo de desenvolvimento sustentável e um motor para um ciclo virtuoso de desenvolvimento, produzindo maior e melhor desenvolvimento econômico. A ideia é que a economia cresça com a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa e com a redução de desigualdades e brechas estruturais. Para o Brasil a discussão do *Big Push* é extremamente relevante, considerando sua vasta biodiversidade e os conhecimentos tradicionais, que podem ser uma inspiração para inovação verde e agregação de valor, podendo ocorrer via inovações sociais lideradas pelas próprias comunidades (CEPAL/FES, 2019).

Nesse sentido, o Protocolo Comunitário do Bailique é uma iniciativa de inovação social que vem trabalhando para a redução das desigualdades estruturantes que sua comunidade sofreu ao longo de sua história. O empoderamento das lideranças locais, a conscientização de pertencimento e de cuidado com seu território e seus conhecimentos tradicionais, e a busca por novas formas de gerar renda e trazer transformações da realidade fazem do Protocolo um instrumento de quebra de paradigmas dominantes.

B. Descrição da iniciativa analisada – O Protocolo Comunitário do Bailique

O Protocolo Comunitário do Bailique foi concluído em Dezembro de 2014 e desde então as comunidades vêm trabalhando para colocar seu protocolo em prática. O arquipélago do Bailique está localizado na foz do rio Amazonas, no estado do Amapá e é composto por oito ilhas, das quais sete são habitadas por aproximadamente 7.618 pessoas (IBGE, 2010) distribuídos em 51 comunidades. O Bailique fica a cerca de 180 km da cidade de Macapá e só é alcançado por barco em uma viagem que dura em média 12 horas. De um lado do arquipélago há o rio Amazonas e do outro lado está o Oceano Atlântico, dando ao Bailique uma paisagem e biodiversidade únicas (Pompilio, 2009).

Como na grande maioria das comunidades ribeirinhas da Amazônia, o arquipélago do Bailique tem uma estrutura bastante precária. A maioria das comunidades não tem eletricidade e dependem de um gerador a diesel para manter as necessidades básicas, como geladeira e luz à noite; a água não é potável, tendo que usar a água do rio que é frequentemente imprópria para consumo humano; e, não existe um sistema de esgoto adequado. O hospital mais próximo fica em Macapá e, portanto, as comunidades dependem de um posto de saúde que fica na maior comunidade, mas que só consegue atender a população com uma assistência básica e muitas vezes sem os recursos e medicamentos necessários.

A educação também é muito precária, com um número limitado de escolas que trabalham com ensino médio e com dificuldade para encontrar professores para todas as disciplinas. Como tem sido frequentemente apontado pelas comunidades, muitos professores das áreas urbanas não querem morar em uma comunidade no meio da floresta. O resultado é que muitos jovens acabam tendo que se mudar para Macapá para continuar os estudos. No entanto, para muitos deles, a mudança para a cidade não é ideal,

pois dependem da casa dos familiares para hospedá-los e não estão acostumados com a vida nas áreas urbanas, onde a violência e a dependência do dinheiro podem afetar seu bem-estar.

A população do Bailique é jovem, onde 56,05% tem menos de 20 anos e apenas 8,5% tem mais de 50 anos (Almeida e outros, 2013). Sua principal renda vem da extração do açaí e da pesca, mas eles também trabalham com agricultura de pequena escala, criação de animais e construção naval artesanal. Em termos de associação local, há o Conselho Comunitário de Bailique, a Associação de Pescadores, a Associação de Comunidades Tradicionais do Bailique (ACTB) e a recém-criada Cooperativa de Produtores Agroextrativistas do Bailique (AmazonBai), estes dois últimos formados durante a construção e discussão do seu Protocolo.

1. Análise da indução/promoção de investimentos transformadores no Protocolo do Bailique

Em maio de 2013, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) juntamente com a Oficina Escola de Luteria da Amazônia (OELA) iniciaram um projeto no território do Bailique para desenvolver o primeiro protocolo comunitário no Brasil com uma metodologia específica, que tem os direitos das comunidades como a base das discussões. Os Protocolos Comunitários são regras internas criadas pela comunidade que refletem seu próprio caráter tradicional, a maneira pela qual a comunidade se relaciona internamente e com agentes externos, e também definem certos procedimentos, critérios e ferramentas para a gestão territorial e do uso sustentável de recursos naturais (GTA, 2014).

Diferente de outros Protocolos que foram desenvolvidos como uma resposta a uma ameaça externa, o Protocolo do Bailique foi uma ação proativa da comunidade para tentar alcançar um modelo desenvolvimento que pudesse trazer melhorias concretas para sua população. Deste modo, o Protocolo do Bailique trabalha com uma variedade de temas, desenvolvendo uma visão holística do território, dando ao Protocolo uma oportunidade de se tornar um instrumento de gestão territorial e de manejo sustentável de recursos naturais.

A base da metodologia de construção do Protocolo Comunitário do Bailique é o respeito pela participação local e decisões coletivas. Deste modo, todos os passos dessa metodologia trabalham para dar mais autonomia a essa população.

O primeiro passo da metodologia desenvolvida foi fazer uma oficina de consentimento livre, prévio e informado com as comunidades para saber do seu interesse (ou não) pelo desenvolvimento do protocolo em seu território. Assim, em maio de 2013, após dois dias de oficina, 41 lideranças do Bailique votaram por iniciar o processo do Protocolo em seu território. A partir daí, foram desenvolvidas 4 oficinas e dois Grande Encontros (Encontrões), totalizando 14 meses para a conclusão do Protocolo Comunitário do Bailique.

Os temas de cada oficina foram escolhidos para poder ajudar na construção do Protocolo e ao mesmo tempo trazer questões relevantes para a comunidade. Alguns temas foram previamente escolhidos, enquanto outros foram sendo adicionados a medida que foram sendo identificados como necessários ou demandados pela comunidade.

A Oficina 1 traz uma análise socioambiental, econômica e cultural das comunidades, com um olhar interno para o funcionamento e gestão do território. Já a oficina 2 traz uma discussão das diversas políticas públicas voltadas para os povos e comunidades tradicionais além de apresentar algumas legislações nacionais e internacionais relevantes para esse grupo. A oficina 3 traz uma discussão específica sobre acesso a recursos genéticos e conhecimento tradicional associado, repartição de benefícios e também se cria um espaço para que haja uma discussão de como acessar políticas públicas de interesse local. E por último a oficina 4 é um início de olhar para a construção dos acordos do Protocolo Comunitário e um momento de discutir riscos e oportunidades de se ter um Protocolo Comunitário no território. Os dois grandes encontros, que acontecem após oficina 2 e após oficina 4, são o momento onde as comunidades discutem os temas com um olhar voltado para o coletivo do território e não necessariamente somente para

sua comunidade. É o momento de ir construindo conjuntamente a estrutura do Protocolo que vai representar todo o território (Ramos, 2016).

O Protocolo Comunitário do Bailique foi finalizado em Dezembro de 2014 durante a assembleia do Encontro 2, tendo em seu conteúdo (i) definição de quem faz parte da comunidade de acordo com as normas locais, (ii) critérios de inclusão e exclusão do território, (iii) valores que guiam as decisões locais, (iv) descrição do processo de decisão comunitário, (v) definição das regras coletivas para o uso e manejo sustentável dos recursos naturais e (vi) um pequeno texto sobre ABS (Comunidades do Bailique, 2014).

2. Discussão sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais resultantes do Protocolo Comunitário do Bailique

Os resultados do Protocolo do Bailique podem ser observados em diferentes níveis. Primeiramente, houve um fortalecimento da organização social local através de reuniões e oficinas, culminando na criação da ACTB, a entidade que executa as decisões do Protocolo Comunitário. Importante notar que a ACTB rompe com uma estrutura de poder previamente existente no território, trazendo novas e jovens lideranças e negando a dependência a partidos políticos, prática comum nessas comunidades.

No momento da criação da ACTB, cria-se também grupos de trabalho (GTs) com o objetivo de trabalhar temas identificados pelos comunitários como essenciais para o território. Deste modo, é criado o GT da Juventude, GT Agroextrativismo e Produção, GT Conhecimentos Tradicionais, GT Meio Ambiente e GT Questão Fundiária. Foram através desses grupos que temas específicos começaram a serem tratados no âmbito do Protocolo Comunitário.

Considerando os objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2015), procuraremos demonstrar nas Tabelas 1, 2, 3 e 4 como o Protocolo do Bailique pode auxiliar no cumprimento de alguns destes objetivos em uma escala regional. Também, salientamos que a lógica do protocolo pode ser ampliada e escalonada para outras comunidades³.

A identificação da questão fundiária como ponto de tensão pode ser entendida como um dos resultados importantes desse processo. No início do Protocolo não havia indícios claros de que a questão fundiária poderia ser um problema. Entretanto, durante as atividades da oficina 1 foi identificado a irregularidade das terras do Bailique, o avanço de grandes fazendas particulares e a violência para aquisição de terras comunitárias. Assim, através do Protocolo os comunitários se organizaram para conseguir o apoio do Ministério Público Federal (MPF) para iniciar a legalização de suas terras e reconhecer seus direitos territoriais. Isso é extremamente importante já que a questão fundiária tem um papel principal na promoção da sustentabilidade local e na proteção da biodiversidade.

O GT de conhecimentos tradicionais reuniu um grupo de mulheres, parteiras e benzedadeiras, com o intuito de organizar os conhecimentos tradicionais das plantas e identificar áreas de interesse desse grupo. Assim, houve uma primeira tentativa de catalogar as plantas medicinais do território e de organizar oficinas de capacitação de fitoterápicos. Essa iniciativa é muito importante para um território onde não há o apoio do Estado na área da saúde e a população depende muito da medicina tradicional. Além disso, é um modo de valorizar o conhecimento local que muitas vezes é ignorado e subestimado frente aos conhecimentos técnicos-científicos.

Entretanto, é na parte produtiva que se pode dizer que o Protocolo está alcançando resultados significativos. Em uma das assembleias do Protocolo Comunitário as comunidades decidiram que o açaí deveria ser uma área prioritária para o desenvolvimento local, já que o extrativismo desse fruto já era uma das principais fontes de renda do território, além de fazer parte da tradição culinária e medicinal local.

³ Atualmente, as comunidades do Macacoari, Amapá, estão no processo de desenvolver seu Protocolo Comunitário utilizando a mesma metodologia do Protocolo do Bailique e tendo apoio da ACTB

Tabela 1
Objetivos alcançados na questão fundiária

Objetivos alcançados	
Objetivos da Agenda 2030	Ações realizadas no Protocolo do Bailique para atingir essas metas
<p>Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.</p> <p>Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>	<p>Recomendação 19/2015 do MPF – AP que entre outras coisas recomenda aos órgãos públicos a revisão e adequação da situação fundiária do Bailique, reconhecendo os direitos dos povos e comunidades tradicionais às suas terras.</p> <p>A SPU fez uma média de 10 visitas ao território entregando mais de 140 TAUS para famílias do Bailique.</p> <p>1050 famílias beneficiadas pelo crédito da reforma agrária, que só foi possível pelo Protocolo.</p> <p>Consulta feita pela SEMA com propostas de transformar o Bailique em uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável). Bailique votou não e essa decisão foi respeitada (isso para o território foi muito positivo porque a Reserva Biológica do Parazinho que tem no território foi criada sem nenhuma discussão local e para muitos isso foi um erro, gerando conflitos internamente)</p>
<p>Observa-se que com essas ações desenvolvidas no Protocolo foi possível alcançar as metas dos objetivos 15 e 16, na medida em que a regularização da questão fundiária faz com que a comunidade estabeleça uma relação cada vez maior com a sustentabilidade da floresta e com o cuidado à biodiversidade. As instituições, como o MPF, estando mais próximos da comunidade permite que ela tenha um acesso à justiça e que garanta seus direitos constitucionais de acesso à terra, de forma pacífica e justa. Com o acesso ao crédito da reforma agrária as comunidades passam a ter mais acesso à um processo de menor desigualdade econômica e social.</p>	

Fonte: Elaboração das autoras

Tabela 2
Objetivos alcançados nos conhecimentos tradicionais

Objetivos alcançados	
Objetivos da Agenda 2030	Ações realizadas no Protocolo do Bailique para atingir essas metas
<p>Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.</p> <p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p> <p>Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.</p> <p>Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.</p>	<p>Foram desenvolvidas 10 oficinas de conhecimento tradicional e fitoterápicos, envolvendo uma média de 100 mulheres no total. Implantação de 4 hortas medicinais comunitárias.</p> <p>Viagem de 2 representantes do grupo do CT para São Paulo para fazer um curso e troca de experiência sobre fitoterápicos no projeto “Terra de Ismael”.</p> <p>Grupo do CT do Bailique organizando oficinas de CT no território do Macacoari onde está sendo desenvolvido o novo Protocolo – pensando na disseminação do projeto.</p> <p>Decisão comunitária de proteger a planta “unha de gato” (uncaria tomentosa) que ocorre no território (essa planta medicinal é ameaçada devido ao uso indiscriminado da indústria farmacêutica).</p>
<p>Observa-se que com essas ações desenvolvidas no Protocolo foi possível alcançar as metas dos objetivos 3, 4, 5 e 12. O Protocolo do Bailique tem como uma de suas premissas a manutenção dos Conhecimentos Tradicionais, que visa o cuidado com o meio-ambiente na mesma medida em que promove melhorias da qualidade de vida das comunidades tradicionais, sempre preservando a história e cultura local. O GT de conhecimentos tradicionais promoveu junto às mulheres e meninas da comunidade uma inserção de renda e empoderamento para participar das decisões comunitárias, atendendo diretamente o objetivo 5 e 4. As oficinas de fitoterápicos procuram assegurar padrões de consumo sustentáveis, como almeja o objetivo 12. E, todos esses esforços servem para assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, tanto da comunidade como sociedade num todo, visto que esses conhecimentos tradicionais servirão para todos, com um consumo mais consciente, natural e sustentável vindo da floresta.</p>	

Fonte: Elaboração das autoras

Tabela 3
Objetivos alcançados no meio ambiente e técnicas produtivas

Objetivos alcançados	
Objetivos da Agenda 2030	Ações realizadas no Protocolo do Bailique para atingir essas metas
<p>Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares</p> <p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</p> <p>Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos</p> <p>Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos</p> <p>Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</p>	<p>Através da articulação da ACTB, o Bailique fez acordo com o Greenpeace para obter freezers a energia solar - o que gerou oportunidade de aulas para alunos do CVT sobre energia solar, instalação e manutenção dos painéis. Além disso, 2000 pescadores vão usufruir da produção de gelo das unidades instaladas.</p> <p>134 produtores foram capacitados em boas práticas de manejo de açazais nativos e certificações.</p> <p>Oficinas de capacitações em todo o território. Como exemplo, de abril a agosto de 2019 foram realizadas visitas técnicas a 61 áreas de produtores certificados FSC.</p> <p>Planejamento para acessar novos mercados com a instalação da agroindústria planejada para 2020.</p> <p>A forma com a cooperativa se organiza, não retendo o lucro e repartindo com os cooperados, gerou um aumento no preço de pelo menos 10 reais na saca de açaí.</p> <p>Foram mais de 150 DAPS emitidas em 2017 e mais 51 emitidas para os sócios da AmazonBai em 2019. AmazonBai conseguiu a DAP jurídica.</p>
<p>Observa-se que com essas ações desenvolvidas no Protocolo foi possível alcançar as metas dos objetivos 3, 4, 5 e 12. O Protocolo do Bailique tem como uma de suas premissas a manutenção dos Conhecimentos Tradicionais, que visa o cuidado com o meio-ambiente na mesma medida em que promove melhorias da qualidade de vida das comunidades tradicionais, sempre preservando a história e cultura local. O GT de conhecimentos tradicionais promoveu junto às mulheres e meninas da comunidade uma inserção de renda e empoderamento para participar das decisões comunitárias, atendendo diretamente o objetivo 5 e 4. As oficinas de fitoterápicos procuram assegurar padrões de consumo sustentáveis, como almeja o objetivo 12. E, todos esses esforços servem para assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, tanto da comunidade como sociedade num todo, visto que esses conhecimentos tradicionais servirão para todos, com um consumo mais consciente, natural e sustentável vindo da floresta.</p>	

Fonte: Elaboração das autoras

Tabela 4
Objetivos alcançados na educação

Objetivos alcançados	
Objetivos da Agenda 2030	Ações realizadas no Protocolo do Bailique para atingir essas metas
<p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</p> <p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</p>	<p>Através da articulação da ACTB e da juventude do Protocolo, foi aprovado o projeto do MCTIC de Centro de Vocação Tecnológica (CVT) no Bailique, que hoje desenvolve o curso técnico em alimentos da agrobiodiversidade local. O foco hoje é o açaí. Já foram formadas 2 turmas de técnicos em alimentos (55 alunos) e uma terceira turma iniciou o curso em fevereiro de 2019.</p> <p>Escola Família do Bailique em construção através de mutirões comunitários, no qual dois prédios já estão finalizados, dos cinco previstos. 100 famílias sócias da EFA Bailique.</p> <p>Fundo Financeiro originado da safra do açaí usado para construção da EFA. Na safra de 2019 foram R\$ 12.541,25 para o Fundo Financeiro.</p>

Observa-se que com essas ações desenvolvidas no Protocolo foi possível alcançar as metas dos objetivos 2 e 4. O projeto de curso técnico para jovens da comunidade desenvolverem suas habilidades em agrobiodiversidade local permite observar uma aproximação muito clara com os objetivos de assegurar educação inclusiva e de qualidade. Esses jovens se quisessem estudar precisariam abandonar sua comunidade, visto que o transporte para a capital demora em torno de 14 horas de barco. O foco do curso demonstra uma preocupação em atender os objetivos de segurança alimentar e agricultura sustentável. Além do mais, indicadores quantitativos já vêm elucidando como o Protocolo está alterando a vida dessa comunidade, inserindo jovens na educação, promovendo mutirões comunitários para a construção da escola e incentivando a própria comunidade na criação de suas necessidades.

Fonte: Elaboração das autoras

Assim, os produtores se organizaram e criaram a AmazonBai e iniciaram um processo de oficinas de capacitação e boas práticas em manejo do açaí. Nessas oficinas, ocorreram trocas entre um conteúdo mais técnico –científico do manejo e o modo tradicional da extração do açaí que é feito a décadas no arquipélago. O resultado foi que em dezembro de 2016 a AmazonBai conseguiu a certificação FSC dos seus açaizais, sendo o primeiro do mundo a obter essa certificação.

Importante ressaltar que a decisão dos cooperados de certificar o açaí faz parte de uma estratégia maior de desenvolver uma educação de qualidade no território. Durante as reuniões do Protocolo do Bailique, os jovens do território identificaram a necessidade de se ter uma educação capaz de manter a juventude no território, trazendo qualidade de conteúdo e relevância para a realidade vivida. Assim foi decidido em assembleia que o modelo Escola Família seria o ideal para o Bailique, uma vez que Escolas Famílias trabalham com a Pedagogia da Alternância, onde o jovem fica na escola por um determinado tempo e depois volta para a comunidade para colocar em prática os aprendizados, mantendo assim a possibilidade de também aprender com os mais velhos sobre as tradições comunitárias. Esse modelo de escola respeita a realidade dos povos da floresta, valorizando os conhecimentos tradicionais.

Deste modo, os cooperados da AmazonBai decidiram em que 5% da venda de cada saca do açaí certificado irá para um Fundo Financeiro que servirá para a construção e manutenção da Escola Família do Bailique. A primeira venda do açaí certificado aconteceu no início de 2017 e a partir daí iniciou-se a construção da EFA do Bailique. O terreno para construção da escola foi doado por uma das comunidades e a estrutura física está sendo erguida através de mutirões. A expectativa é que a Escola esteja funcionando em 2020.

Paralelo a essa estratégia de desenvolver uma educação de qualidade no território, a decisão de certificar o açaí foi também devido a uma necessidade local de quebrar com a dependência com os atravessadores, que no Bailique são os responsáveis pela compra do açaí e posterior venda em Macapá. Entretanto, como em outras partes da Amazônia, é o atravessador quem decide o preço do açaí, sendo assim uma relação extremamente desigual. Deste modo, através da cooperativa, os produtores vendem seu açaí direto para o mercado de Macapá, já que a Amazonbai conseguiu, através de um apoio financeiro externo, comprar um barco adequado para o transporte de açaí. Além disso, os cooperados estão engajados nas diversas discussões e decisões de qual seria o melhor modelo de comércio do seu produto.

Hoje a AmazonBai funciona em Macapá vendendo caroço e polpa congelada, e está entrando em parceria com uma agroindústria para poder vender diretamente a polpa para o mercado local. Além disso, existe uma estratégia de longo prazo para a construção de uma agroindústria comunitária para o processamento e beneficiamento do açaí. A AmazonBai conta com diversas parcerias em Universidades que estão desenvolvendo técnicas para o beneficiamento do açaí (como por exemplo liofilização) para poder alcançar um mercado diferenciado, incluindo exportação do seu produto.

É importante ressaltar que dentro do processo de certificação FSC existe um cuidado para que não somente questões sanitárias sejam respeitadas, mas também os direitos dos trabalhadores e o meio ambiente. Deste modo, os produtores certificados do Bailique precisam respeitar os direitos trabalhistas, além de manter a biodiversidade local, conservando as árvores nativas nos seus terrenos, fazendo monitoramento da fauna existente e fazendo um manejo sustentável dos seus açais.

Além disso, com o intuito de fortalecer ainda mais o desenvolvimento sustentável da região, a AmazonBai conseguiu em fevereiro de 2019 a certificação FSC para serviços ecossistêmicos, uma vez que o manejo correto dos açais assegura a manutenção da cobertura florestal e assim a conservação dos estoques de carbono e a preservação da biodiversidade.

3. Relação do caso estudado com o “Big Push para a Sustentabilidade”

Considerando que o *Big Push* Ambiental tem como característica a produção de um ciclo virtuoso de crescimento econômico, visando geração de emprego e desenvolvimento de cadeia produtiva, ao mesmo tempo em que reduz a pegada e impactos ambientais (CEPAL/FES, 2019), compreendemos que o Protocolo Comunitário do Bailique possui uma relação muito forte com os princípios do documento. Na medida em que a comunidade do Bailique assumiu o compromisso de proteção de seu território pelo empoderamento da comunidade local e pelo desenvolvimento econômico alinhado aos princípios sustentáveis, uma das principais ferramentas tem sido a coordenação da cadeia produtiva.

A origem do Protocolo Comunitário adveio do interesse de grupos de trabalho com comunidades e povos indígenas, que procuraram parceiros para implementar um projeto piloto no Brasil, atendendo às exigências do Protocolo de Nagoia. Quando o GTA procurou a comunidade do Bailique e propôs o projeto, houve interesse imediato da população, porém não havia uma organização civil para atender à demanda. Então, a medida que o protocolo era discutido no território, os participantes se organizaram e formaram a ACTB – Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique e iniciaram os diagnósticos, conforme mostra o relato do presidente da associação:

“Na época a gente não trabalhava nenhuma cadeia produtiva ainda. Nossa gestão era mais uma questão de organização social, de empoderamento, de conhecimento sobre legislação, sobre políticas públicas, como acessar, onde ficam os parceiros, qual a competência do estado com as nossas políticas públicas, quem procurar, quem não procurar, como dialogar com uma empresa ou uma pesquisadora, por exemplo. Que tipo de... nós temos direito de dar o consentimento, se a gente quer ou não, ninguém pode vir aqui fazer tal coisa sem nosso consentimento. Começou a trabalhar todas essas questões. Trabalhamos um momento que a gente chamou de diagnóstico ambiental, cultural, econômico e social” (Presidente da ACTB, informação verbal).

Para realizar o diagnóstico produtivo do arquipélago do Bailique foi organizado um grupo de apoio composto por 10 jovens das comunidades participantes. Eles visitaram 446 unidades familiares de 31 comunidades e 2 localidades (cobrindo 49% dessas comunidades) do arquipélago, aplicando um questionário semiestruturado, contendo questões sobre o que era produzido e em que quantidade; como era comercializado o produto e como poderia ser melhorada sua produção; se participavam de políticas públicas (GTA, 2015). Como diagnóstico,

“Foram identificados o açaí e o peixe como potenciais econômicos na região e a melancia e o maxixe como produtos principais da entressafra. A importância dos óleos, como o de andiroba, também foram identificados. Esse diagnóstico também pode contribuir com a organização do Grupo de Trabalho de Conhecimentos Tradicionais (GTCT), composto por membros das comunidades, como parteiras, benzedeiros, erveiros, raizeiros, puxadores, entre outros, através da identificação de plantas, óleos e remédios caseiros (voltados para o tratamento de doenças locais) que entram na pesquisa como um potencial econômico” (GTA, 2016).

Por meio deste diagnóstico, a comunidade conseguiu definir sua cadeia de valor principal, o açaí, iniciar os procedimentos para agregar valor e para dominar todo o processo, como a certificação FSC e a compra do barco para transporte do produto até os clientes, eliminando os intermediários que exploravam os produtores locais. Ou seja, ao mesmo tempo que a comunidade está buscando a integração da cadeia produtiva, está gerando emprego e renda, e diminuindo impactos ambientais.

Assim, o *Big Push* Ambiental pode apoiar a construção de uma economia de alto valor agregado e baixo impacto ambiental e tecnologias sociais, como por exemplo, práticas sustentáveis desenvolvidas por cooperativas, associações e representações de povos e comunidades tradicionais, rurais e locais (CEPAL/FES, 2019). Essa afirmação possui grande proximidade com o Protocolo, visto que a Associação comunitária criada vem garantindo a execução do projeto e criando lideranças locais fortes e atuantes, promovendo a defesa dos conhecimentos tradicionais do Bailique.

Outro ponto importante do *Big Push* refere-se a análise sobre a ineficiência das desigualdades. O relatório aponta que a “interação centro-periferia reflete-se numa dinâmica assimétrica campo-cidade, em problemas de concentração da pobreza em certas áreas urbanas e na ausência, em muitas dessas áreas, dos bens e serviços que o Estado deveria fornecer”. Questões de infraestrutura básicas (saneamento, eletricidade, educação e saúde) estão mais presentes nas áreas urbanas do que nas áreas rurais, bem como em regiões de renda mais alta do que de renda mais baixa (CEPAL, 2018, p.34).

Por intermédio das instituições criadas para representatividade das comunidades, a população local conseguiu se organizar coletivamente para buscar seus direitos. Antes destas organizações existirem, as comunidades não possuíam conhecimento sobre seus direitos nem acesso aos órgãos competentes para reivindicá-los. Nesse sentido, o relatório das desigualdades apresenta que

“A igualdade refere-se a igualdade de meios, oportunidades, capacidades e reconhecimento (CEPAL, 2014). A igualdade de meios traduz-se em uma distribuição mais equitativa da renda e da riqueza e uma maior participação da massa salarial no produto; a de oportunidades, na ausência de discriminação de qualquer tipo no acesso a posições sociais, econômicas ou políticas. A igualdade em matéria de acesso a capacidades refere-se a habilidades, conhecimentos e destrezas que os indivíduos adquirem e que lhes permitem empreender projetos de vida que consideram valiosos. Por outro lado, a igualdade como reconhecimento recíproco se expressa na participação de diversos atores no cuidado, trabalho e poder, na distribuição de custos e benefícios entre as gerações atuais e futuras e na visibilidade e afirmação de identidades coletivas” (CEPAL, 2018, p.5).

Ou seja, cada vez que a comunidade do Bailique avança na defesa de seus direitos comuns, na defesa de seu território, na defesa de seus conhecimentos tradicionais, na defesa de uma educação para suas gerações futuras, na defesa de maior geração de renda e oportunidades de melhoria de vida, eles estão procurando diminuir desigualdades estruturais. A história dessas comunidades é oriunda de processos de exploração e usurpação de seus direitos e cultura. Por décadas foram esquecidos e deixados de lado. Agora, buscam igualdade de meio, quando buscam coordenar a cadeia produtiva do açaí, aumentando sua geração de renda; buscam igualdade de oportunidades, pelo esforço contínuo em buscar seus direitos e garantias fundamentais; buscam a igualdade de capacidades, pelo empoderamento gerado às lideranças locais que

buscam melhorias nas condições de vida da comunidade; e, buscam igualdade de reconhecimento para garantir que gerações atuais e futuras possam usufruir de seu território sem perder oportunidades de crescimento econômico.

Para elucidar ainda mais a relação do Protocolo com os objetivos, salientamos outras ações.

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

O Protocolo, ao definir que a comunidade avançaria na coordenação da cadeia produtiva do açaí, gerou um incremento de renda e a geração de melhores oportunidades de trabalho para as comunidades locais. Muitos jovens estavam abandonando seus lares para buscar oportunidades de trabalho ou estudo na capital do Estado, fazendo com que as comunidades tradicionais fossem enfraquecendo sua força produtiva e de geração de renda.

Agora, com a Cooperativa dos Produtores Agroextrativista do Bailique – AmazonBai, está ocorrendo um investimento contínuo da comunidade na extração sustentável do produto e na comercialização do mesmo, aumento a renda dos produtores, suas famílias e reduzindo a pobreza local. Isso ficou claro na primeira safra do açaí certificado, já que o açaí foi vendido pelo dobro do preço que era antes da certificação (Alves e Ramos, 2018). Todo este processo vem possibilitando a redução das desigualdades que a comunidade do Bailique sofre, tanto pela distância geográfica, quanto pela falta de políticas públicas eficientes na área de educação, saúde e infraestrutura.

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Uma das maiores conquistas do projeto chegou em dezembro de 2016, com o recebimento do selo de certificação da FSC – *Forest Stewardship Council*. A conquista de tal certificação é histórica, por ser ela a primeira certificação de açaí no mundo.

“O selo, entregue em dezembro para 76 produtores de Bailique, incentiva a regularização fundiária, garante o manejo florestal sustentável e promove boas práticas trabalhistas, como o uso de equipamentos de proteção individual. ‘Esse açaí certificado traz o valor da saúde do trabalhador e da segurança, além de garantir o respeito a áreas de preservação permanente e de matas ciliares. Também torna viável a manutenção do açaí na natureza e o modo tradicional de vida dos produtores’, afirma Fernanda Rodrigues, coordenadora técnica da FSC Brasil (Vilarino, 2017).

Assim, com a certificação, os produtores estão cada vez mais adaptando a sua produção para garantir uma agricultura sustentável, com respeito ao meio-ambiente e com garantia de uma segurança alimentar. Estas práticas também promovem uma vida mais saudável para a comunidade local e para os consumidores do açaí.

A certificação tem proporcionado um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, já que vem abrangendo muitas famílias que antes não conseguiam depender da extração do açaí para viver; garante a preservação da floresta pela extração e manejo correto, além de prover boas práticas de trabalho seguro. Este cuidado com o território vem garantindo um cuidado com a biodiversidade do local e a conscientização da comunidade sobre o pertencimento ao seu local.

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Como já mencionamos, a educação é algo precário nas comunidades do Bailique. Poucas oportunidades e instituições e falta de profissionais. O Estado não chega com políticas públicas eficientes e o problema se perpetua por gerações. Para resolver esta situação, a comunidade elaborou um projeto de uma Escola Família.

A origem do projeto de Escola Família está no projeto CVT – Centro de Vocação Tecnológica, financiado pelo MCTIC. O CVT oferece um curso técnico em alimentos para alunos do Bailique, tendo o açaí como foco principal, onde um dos objetivos é aprender sobre o processo de liofilização do açaí através de um laboratório-móvel, o que garantirá maior valor agregado ao produto, resolvendo os problemas do escoamento do açaí. A estratégia local é que os alunos formados no CVT, e posteriormente na Escola Família do Bailique, fazer parte do corpo técnico da AmazonBai e da futura agroindústria.

Em novembro de 2016 foi dado o primeiro passo para a concretização da Escola Família aberta para a comunidade local, foi realizado o processo seletivo com 80 jovens para selecionar 20 alunos para o curso técnico em Alimentos do Centro de Vocação Tecnológico Agrobiodiversidade do Bailique. Este curso visa construir mecanismos inovadores para os processamentos e beneficiamentos dos produtos da sociobiodiversidade, contribuindo com a produção local e ajudando a sair das cadeias de suprimentos secularmente dominadas pelos cartéis de atravessadores externos (Notícias da Rede GTA, 2016).

O projeto já está, portanto, em andamento, e a certificação FSC é fundamental, por ser a garantia de renda extra para os produtores de açaí. Com esta renda extra, foi gerado um fundo para a manutenção da escola pela própria comunidade, no qual 5% está sendo destinado para a construção da Escola. Assim, a própria comunidade esta assegurado uma educação de qualidade e inclusiva para suas gerações.

Considerando o tema da desigualdade, a CEPAL aponta que a falta de acesso à educação e à saúde reduz capacidades e oportunidades, comprometendo a inovação e a produtividade. Quando não se tem educação, a pessoa reduz seu potencial produtivo e, conseqüentemente, seu salário ao longo de sua vida laboral. Assim, a educação é uma correia de transmissão intergeracional de desigualdade, que deve ser corrigido rapidamente, principalmente por países mais defasados para se aproximarem de países com níveis de renda mais prósperos (CEPAL, 2018).

Alguns objetivos da Agenda 2030 não são passíveis de serem alcançados com esforços únicos da comunidade. Políticas públicas mais eficientes precisam ser adotadas e instituições, estatais ou privadas, precisam contribuir para o alcance destes objetivos. Como exemplo o *Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos*. A comunidade do Bailique não conta com energia elétrica, dependendo de um gerador à diesel.

Todos estes objetivos e a forma como a comunidade vem respondendo a estas questões nos levam a compreender que há uma tentativa de superar assimetrias históricas: entre o urbano e o rural; entre as comunidades urbanas e tradicionais; entre etnias e culturas diferentes. Há que se compreender que o Protocolo do Bailique vem proporcionando uma transformação sociocultural e econômica para a região, procurando equilibrar desigualdades e construir novos papeis para a juventude e mulheres. Também, novos papeis para os produtores de açaí da região que passam a ter uma certificação para cumprir.

Ainda nesse tema, “um determinante comum dos problemas causados pela desigualdade é a ausência ou a baixa qualidade da provisão de bens públicos e externalidades associadas à segurança, educação, saúde e meio ambiente, assim como a carência de sistemas de regras que garantam a igualdade de oportunidades”. Essa desigualdade se alimenta historicamente e forma o que se denomina de “cultura do privilégio” que se manifesta pela naturalização da diferença da desigualdade, que passa a ser entendida como uma condição natural. Além disso, a cultura do privilégio se reproduz por meio de estruturas e instituições sociais, naturalizando a relação que se ocupa na escala social e o maior ou menor acesso a educação, saúde, trabalho, segurança e habitabilidade do lugar em que se vive. Assim, a desigualdade tem conseqüências não só econômicas, mas também políticas, sociais e culturais (CEPAL, 2018, p.45).

C. Conclusão, apresentando reflexões sobre lições aprendidas, desafios e oportunidades para o “Big Push para a Sustentabilidade”

Como proclama a canção de Jorge Drexler, com o Bailique “*creo que he visto una luz al otro lado del rio*”! Há sempre duas margens em um rio. Cada um escolhe sobre qual quer estar! O Protocolo Comunitário do Bailique nos proporciona um novo olhar sobre que lado queremos estar. Essa comunidade recriou sua história, mostrando que novas perspectivas podem transformar locais esquecidos por instituições e estruturas dominantes. As desigualdades podem e devem ser superadas e iniciativas como essa promovem os saltos de desenvolvimento que o Brasil precisa.

“Para atingir os objetivos de uma agenda com horizonte em 2030 focada na igualdade é preciso modificar o estilo de desenvolvimento e a implementação de políticas econômicas, industriais, sociais e ambientais que devem estar alinhadas com a mudança estrutural progressiva” (CEPAL, 2016, p.145). Assim, um novo paradigma vem sendo proposto, que visa articular um grande impulso ambiental transformando a estrutura produtiva, incorporando progresso técnico, sustentável e igualitário. Isso possibilitara aumento de empregos, qualidade e produtividade, o que possibilitaria mais e melhores políticas sociais.

Considerando as propostas de políticas para a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, três âmbitos são apontados como plataformas. No primeiro deles, sobre a criação de bens públicos globais, observamos que o Protocolo pode contribuir na maior correlação entre o peso dos países em desenvolvimento na economia mundial, já que suas ações podem servir de inspiração para que novas políticas públicas ou projetos brasileiros possam incentivar iniciativas como essa na construção de plataformas de inovação social de comunidades locais que visem transformar suas realidades, gerar renda e proporcionar um crescimento econômico local.

No segundo âmbito, de fortalecer a contribuição regional, acreditamos que o Protocolo possa servir como inspiração para o desenvolvimento de cadeias regionais de valor em bens e serviços ambientais. A comunidade do Bailique, além de promover o incremento de renda das famílias da região, vem promovendo a defesa de seu território pela coordenação da cadeia produtiva do açaí, que vem se tornando um produto rentável e de destaque, inclusive, nas exportações.

No terceiro âmbito, de estratégias e políticas nacionais, acreditamos que o Protocolo possa influenciar com seu exemplo a proteção social universal e a cobertura universal em saúde e educação.

Sendo assim, a igualdade está no centro do desenvolvimento, pois dá às políticas um fundamento centrado em direitos e vocações humanistas e porque a igualdade é uma condição para avançar em desenvolvimento para garantir mais produtividade e sustentabilidade econômica e ambiental.

Referências bibliográficas

- Almeida, M. P. e outros (2013), “A participação da mulher em organizações sociais rurais na Amazônia: estudo de caso no Arquipélago do Bailique, Estado do Amapá”, *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, vol. 6, N.6.
- Alves, G., e Ramos, R. (2018), “Açaí Berry: Brazil's Super Fruit”, *Poverty Reduction Through Non-Timber Forest Products: Personal Stories*, D. Pullanikkatil e C. M. Shackleton (Eds.), Switzerland: Springer.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2018), *La ineficiencia de la desigualdad* (LC/SES.37/4), Santiago, Chile, Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.18-00303.
- _____(2016), *Horizontes 2030: A igualdade no centro do desenvolvimento sustentável* (LC/G.2660/SES.36/3), Santiago, Chile, Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.16-00753.

- CEPAL/FES (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)/(Fundação Friedrich Ebert Stiftung) (2019), "Big Push Ambiental: Investimentos coordenados para um estilo de desenvolvimento sustentável", *Perspectivas*, Nº 20, (LC/BRS/TS.2019/1 e LC/TS.2019/14), São Paulo.
- Comunidades do Bailique (2014), *Protocolo Comunitário do Bailique: Conhecer para Proteger*, Comitê Gestor do Protocolo Comunitário do Bailique e Rede GTA.
- GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) (2016), *Metodologia para construção de Protocolos Comunitários: Desenvolvimento Local Sustentável*, Manaus.
- _____ (2015), *Diagnóstico Produtivo do Bailique*.
- _____ (2014), *Metodologia de Protocolos Comunitários*, Brasília.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2010), "Censo Demográfico 2010" [online] <http://www.ibge.gov.br> [Acesso 20/03/2015].
- Notícias da Rede GTA (2016), "Arquipélago do Bailique/AP ganha primeiro curso técnico em alimentos" [online] <http://www.gta.org.br/newspost/arquipelago-do-bailiqueap-ganha-primeiro-curso-tecnico-em-alimentos/> [Acesso em: 28 fev. 2017].
- ONU (Organização das Nações Unidas) (2015), *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (A/ RES/70/1)*, Nova Iorque, Publicação das Nações Unidas.
- Pompilio, B. W. (2009), "Amapá: Viagem como metáfora. Cultura e Memórias", *Tese de Doutorado*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Ramos, R. P. (2016), "The Bailique Community Protocol in Brazil", *Natural Justice*, [online] <https://naturaljustice.org/the-bailique-community-protocol-in-brazil/>.
- Vilarino, C. (2017), "Impulso ao açaí no norte do país", *Valor Econômico*, p. 1, 12 jan. 2017.